

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CSN Mineração S.A, referida adiante como “CSN Mineração”, “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2007, sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais. A CSN Mineração, em conjunto com suas controladas e coligadas, é denominada também nestas demonstrações financeiras como “Grupo”. O Grupo foi formado a partir da combinação de negócios dos ativos de mineração e porto de sua controladora Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN” ou “Controladora CSN”) com os ativos de mineração incorporados da Nacional Minérios S.A. (“Namisa”), uma joint venture entre a CSN e consórcio asiático, inicialmente, formado pelas empresas Itochu Corporation, JFE Steel Corporation, POSCO, Kobe Steel, Ltd., Nisshin Steel Co, Ltd. e China Steel Corp. (“Consórcio Asiático”).

O Grupo tem como objeto a exploração da atividade mineral em todo o território nacional e no exterior, compreendendo aproveitamento de jazidas minerais, pesquisa, exploração, extração, comercialização de minérios em geral e de subprodutos derivados da atividade mineral, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque, prestação de serviços de mineração, importação e exportação de minérios em geral e participação no capital de outras sociedades nacionais ou internacionais constituídas sob qualquer forma societária e qualquer que seja o objeto social.

A Companhia opera e desenvolve suas operações de mineração no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, onde possui direitos de exploração de recursos minerais, bem como instalações de processamento de minério de ferro. O minério de ferro próprio, somado ao adquirido de terceiros, é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático, através de uma rede integrada de logística que permite o transporte do minério de ferro produzido nos municípios de Congonhas e Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, até Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O escoamento do minério é feito pelo Terminal de carvão (“TECAR”), terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. O TECAR também presta o serviço de desembarque de granéis sólidos, principalmente, para atender as importações de carvão e coque realizadas por sua controladora CSN.

Os preços que vigoram no mercado internacional de minério de ferro são historicamente cíclicos e sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle de gestão da Companhia.

Como pioneira na utilização de tecnologias que resultam na possibilidade de empilhar os rejeitos gerados no processo de produção de minério de ferro, a Companhia tem sua produção de minério de ferro, desde janeiro de 2020, 100% independente de barragens de rejeitos. Após investimentos significativos nos últimos anos para elevar o nível de confiabilidade, descaracterização e empilhamento a seco, a Companhia avançou para um cenário em que 100% dos seus rejeitos passam por um processo de filtragem à seco e são dispostos em pilhas, geotecnicamente controladas, em áreas exclusivamente destinadas para empilhamento. Foram investidos cerca de R\$ 250 milhões nas duas plantas de filtragens de rejeitos que possuem combinadas uma capacidade total de filtragem de 9 milhões de toneladas por ano.

Como consequência dessas medidas, o descomissionamento das barragens é o caminho natural do processamento de rejeito a seco.

A totalidade das nossas barragens de mineração estão devidamente adequadas à legislação ambiental em vigor.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.a) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela CVM, além das próprias normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação, exceto quando de outra forma indicado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A preparação dessas demonstrações financeiras requer da Administração o uso de certas estimativas contábeis, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados na data do balanço dos ativos, passivos, receitas e despesas poderão divergir dos resultados reais futuros. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes e são revisados pela Administração da Companhia.

As políticas contábeis e estimativa críticas, quando aplicável e relevantes, estão incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com o exercício anterior apresentado.

- Nota explicativa 11.a - Teste de redução ao valor recuperável de ágio (impairment);
- Nota explicativa 15 - Instrumentos financeiros: derivativos e contabilidade de hedge ("hedge accounting");
- Nota explicativa 21 - Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 22 – Provisões para passivos ambientais e desativação;
- Nota explicativa 28 – Benefícios a empregados.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento contábil aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2021.

2.b) Demonstrações financeiras consolidadas

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 incluem as controladas e a coligada demonstradas no quadro abaixo.

• Empresas

Empresas	Participação no capital social (%)	Atividades principais
Participação direta em controladas: consolidação integral		
CSN Mining Holding, S.L	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Participação indireta em controladas: consolidação integral		
CSN Mining GmbH	100,00	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias
CSN Mining Portugal Unipessoal LDA	100,00	Representação comercial
CSN Mining Asia Limited	100,00	Representação comercial
Participação direta em empresas classificadas como coligada: equivalência patrimonial		
MRS Logística S.A	18,63	Transporte ferroviário

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação:

• Transações entre controladas e coligada

Os ganhos não realizados em transações com controladas são eliminados na medida da participação da CSN Mineração na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com a coligada, onde é reclassificada parte do resultado de equivalência patrimonial para o custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

A data base das demonstrações financeiras das controladas e da coligada é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando há exposição ou o direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e existe a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Coligada

O investimento na MRS é classificado como coligada pois a Companhia possui influência significativa, mas não o controle sobre as decisões relevantes do negócio dessa investida. Além da participação de 18,63% na MRS, que incluem ações ordinárias e preferenciais e também uma ação ordinária vinculada ao acordo de acionista, é levado em consideração a influência da Companhia em conjunto com os direitos políticos do acionista controlador CSN, que é membro signatário do acordo de acionistas da MRS.

O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

2.c) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações financeiras, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e CPCs.

2.d) Moedas estrangeiras

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

ii. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os saldos das contas de ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2020, US\$1,00 equivale a R\$5,1967 (R\$4,0307 em 31 de dezembro de 2019) e € 1,00 equivale a R\$6,3779 (R\$4,5305 em 31 de dezembro de 2019), conforme taxas extraídas do site do Banco Central do Brasil.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito bancário e os títulos públicos que não atendem aos critérios acima não são considerados equivalentes de caixa e são classificados como aplicações financeiras, conforme nota 4.

2.f) Contas a receber

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As contas a receber são reconhecidas pelo preço da transação, desde que não contenham componentes de financiamento, e posteriormente mensuradas ao custo amortizado. Quando aplicável, é ajustada ao valor presente incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas quando aplicável.

As contas a receber são compostas pelo valor das faturas emitidas (quantidades, índices de umidade e teores preliminares de qualidade), valorizadas com base no preço das “*commodities*” estabelecido pelo “*Platts*”, na data de embarque, conforme estabelece o contrato de cada cliente.

Mensalmente, quando aplicável, é efetuada a marcação a mercado para os saldos em aberto, por meio da cotação futura das “*commodities*” que seriam utilizadas para acerto final, quando da emissão das faturas finais.

As faturas finais, que finalizam as operações de exportação e geralmente são emitidas após o recebimento e a análise das “*commodities*” (aprovação de quantidades, índices de umidade e teores do metal contidos pelos clientes), são valorizadas conforme estabelece cada contrato.

O resultado dos ajustes necessários, tanto para emissão das faturas finais quanto para a marcação a mercado, é reconhecido como resultado de vendas na ocasião em que ocorre.

A Companhia mensura anualmente as perdas de crédito esperadas para o instrumento, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis, utilizando uma matriz de taxa de perda por faixa de vencimento adotada pela Companhia, desde o momento inicial (reconhecimento) do ativo. Este modelo considera o histórico dos clientes, índice de inadimplência, situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos para estimar as perdas de crédito esperadas.

2.g) Estoques

Mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O minério de ferro é reconhecido a partir do momento em que há extração física na mina e beneficiamento. É utilizado o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando consideradas necessárias.

2.h) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo, exceto quando provenientes de uma combinação de negócios.

Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

2.i) Combinação de negócios

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2.j) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme Nota 10. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em “outras receitas/outras despesas operacionais”.

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
- Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
- Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
- Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura;
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem;
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado ao invés de estoques.

2.k) Arrendamento mercantil

Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O arrendamento é caracterizado por um aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais. O ativo arrendado deve ser claramente especificado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia determina no reconhecimento inicial, o prazo do arrendamento ou prazo não cancelável, que será utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pela Companhia quando ocorrer um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável. A Companhia adota isenção de reconhecimento, conforme previsto na norma, para o arrendatário de contratos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor.

Na data de início, a Companhia reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente. O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo. O custo inclui o passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. Já o passivo de arrendamento é mensurado na data de início pela Companhia ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que são efetuados nessa data. Os pagamentos são descontados a taxa de juro implícita no arrendamento, ou caso a taxa não possa ser determinada, será utilizada taxa incremental sobre o empréstimo da Companhia.

Para os contratos que a Companhia determina a taxa de negócio, entende-se que essa taxa é a taxa implícita em termos nominais e a qual é aplicada no desconto do fluxo de pagamentos futuros. Nos contratos sem definição de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimo, obtendo a mesma através de consultas em bancos onde tem relacionamento, ajustadas a inflação prevista para os próximos anos.

Para a mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado. No entanto, para efeito de depreciação, a Companhia determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor.

Os efeitos de PIS e COFINS a recuperar gerados após o efetivo pagamento das obrigações serão registrados como redutor das despesas de depreciação do direito de uso e das despesas financeiras reconhecidas mensalmente.

Também aplicamos o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos a fim de determinar se o ativo de direito de uso apresenta problemas de redução ao valor recuperável e contabilizar qualquer perda por redução ao valor recuperável identificada.

2.1) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação.

Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

- **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas no valor recuperável (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional. A Companhia possui uma única Unidade Geradora de Caixa - UGC, dedicada integralmente à atividade de beneficiamento de minério de ferro, à qual o ágio foi alocado para fins de teste de "*impairment*".

- **Software**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada em até 10 anos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2.m) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.n) Benefícios a empregados e participação nos lucros e bônus

i. Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

ii. Participação nos lucros e bônus

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocada ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2.o) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.p) Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.q) Reconhecimento de receita

A partir de 1º de janeiro de 2018 o IFRS15/CPC 47 foi adotado pela Companhia, e esta reconhece suas receitas assim que todas as condições abaixo forem satisfeitas:

- Identificação do contrato de venda de bens ou prestação de serviços;
- Identificação das obrigações de desempenho;
- Determinação do valor do contrato;
- Apurações do valor alocado a cada uma das obrigações de desempenho incluídas no contrato; e
- Reconhecimento de receita ao longo do tempo ou no momento em que as obrigações de desempenho são concluídas.

A Companhia reconhece a receita das vendas de minério de ferro quando o controle do produto é transferido para os clientes, o que geralmente ocorre, no caso das vendas para exportação, quando o produto é embarcado no navio e, no caso das vendas internas, quando o produto é carregado no trem.

As vendas de minério de ferro para o mercado externo realizadas na modalidade de frete exportação CFR (Cost and Freight) e CIF (Cost, Insurance and Freight) incluem o serviço de frete marítimo embutido na mesma fatura. Nesse caso, a obrigação de desempenho do serviço de frete marítimo é considerada separadamente do embarque do minério de ferro e a Companhia reconhece a receita da prestação desse serviço na entrega da mercadoria no destino especificado pelos clientes.

A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação que a entidade espera receber em troca da entrega do bem ou serviço prometido ao cliente.

Nas vendas para o mercado externo realizadas na modalidade de frete exportação CFR (Cost and Freight) e CIF (Cost, Insurance and Freight), a obrigação de pagar pela mercadoria e o serviço de frete marítimo, que está embutido na mesma fatura, geralmente surge quando o produto é carregado no navio. A Companhia contrata e, alguns casos, paga o serviço de frete marítimo antecipadamente, o montante pago é reconhecido como um ativo, adiantamento a fornecedores, até a chegada ao porto de destino, momento em que é debitado ao resultado como despesa de frete.

Simultaneamente, a Companhia reconhece o preço do serviço de frete marítimo, pelo qual é responsável, como passivo, adiantamento de clientes, até a chegada ao porto de destino, momento em que a Companhia cumpre a sua obrigação de desempenho para o serviço de frete marítimo e, dessa forma, reconhece a receita pela prestação desse serviço.

A Companhia reconhece adiantamentos a fornecedores e adiantamentos de clientes como despesas de frete e receita de serviços de frete marítimo prestados, respectivamente, no prazo de um mês. Tal receita alocada ao frete não afeta de forma significativa o resultado do exercício da Companhia e, portanto, a mesma não é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Para os demais serviços prestados, a receita é reconhecida em função de sua realização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2.r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, a taxas decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis editadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Anualmente é realizada uma revisão para verificar a existência de lucros futuros tributáveis e é reconhecida uma provisão para perda quando a realização desses créditos não seja provável.

2.t) Lucro/ (Prejuízo) por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, quando aplicável. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2.u) Custos ambientais e restauração de áreas

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção (licenças/SNUC).

2.v) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

2.w) Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 48 foi adotado pela Companhia, sendo assim, todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.

- **Reconhecimento e Mensuração**

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias; i) ativos mensurados ao custo de amortização, ii) valor justo por meio do resultado, iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

- **Custo de amortização**

Os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratuais ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia devesse reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

- **Desreconhecimento**

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Se a empresa determinar substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Passivos financeiros ao custo amortizado**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A companhia devesse classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiro classificado ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia.

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, dividendos, adiantamentos de clientes e fornecedores.

- **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

- **Desreconhecimento de passivos financeiros**

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.x) Demonstração do valor adicionado

Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

A demonstração do valor adicionado deve evidenciar a riqueza criada pela Companhia e demonstrar sua distribuição.

2.y) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da Companhia para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis.

2.z) Efeitos da COVID-19

A partir do final de 2019, o vírus COVID-19 se espalhou pelo mundo e, em março de 2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou a pandemia do vírus. Desde o início da pandemia, a Companhia tem adotado diversas medidas de precaução em todas as suas áreas para reduzir a exposição de seus colaboradores e garantir a continuidade de seus negócios. Neste sentido, foram mapeados todos os empregados em condições crônicas de vulnerabilidade (grupo de risco) e colocados em férias junto com grande parte de outros funcionários visando reduzir em torno de 50% seu quadro corporativo. Adicionalmente, foram fornecidas máscaras para todos os colaboradores, disponibilizado álcool em gel em todas as dependências da empresa e, também, divulgamos comunicados internos com medidas de prevenção com o intuito de reforçar os protocolos de higiene recomendados pelas autoridades competentes.

A Companhia avalia permanentemente os efeitos causados pela COVID-19 em seus negócios, uma vez que, principalmente no 2º trimestre de 2020, as atividades econômicas no Brasil foram reduzidas drasticamente, tendo sido impostas restrições e medidas de distanciamento social com a finalidade de reduzir a circulação do vírus. Muitas dessas restrições foram flexibilizadas pelas autoridades ainda no 3º trimestre e a Companhia não sofreu impactos significativos em seus negócios no exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A atividade de mineração da Companhia está diretamente ligada à demanda de aço tanto no mercado nacional como internacional, qualquer redução na atividade desses setores poderia afetar a demanda e o preço dos produtos e trazer impactos relevantes na posição financeira e resultados da Companhia.

Abaixo são apresentados os potenciais efeitos econômicos na Companhia em relação ao COVID-19:

a) Efeitos operacionais

O orçamento de investimentos da Companhia para 2020 passou por uma revisão considerando os efeitos adversos da desaceleração econômica global e, consequentemente, em suas operações. Nesse sentido, a revisão reduziu o montante de investimentos e prioriza a execução de projetos de investimentos correntes fundamentais para a manutenção das condições de capacidade operacional, meio-ambiente e segurança.

A Companhia não sofreu impactos relevantes nas receitas advindas das vendas de minério e também não ocorreram impactos no fornecimento de suprimentos que acarretassem interrupção das atividades operacionais

b) Recuperabilidade de ativos e passivos financeiros e não financeiros

A pandemia não causou impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia. A Companhia acredita que o pior cenário já tenha passado, portanto, não espera qualquer impacto em seus ativos e passivos, bem como em seus negócios.

Não houve impactos relevantes nos ativos financeiros da Companhia. O portfólio de investimentos e a natureza do parque industrial da Companhia têm característica de longo prazo. O contexto operacional e econômico de longo prazo ao qual a Companhia se insere permite maior flexibilização nas estratégias e planos para mitigar os riscos e efeitos da pandemia em seus negócios e, consequentemente, assegurar a manutenção da recuperabilidade esperada de seus ativos não financeiros, sejam investimentos, imobilizado e créditos fiscais. No início da pandemia a Administração realizou testes estressando diversas premissas utilizadas nas projeções dos negócios, especialmente para 2020 e 2021. Essas premissas estressadas permaneceram inalteradas ao longo de todo exercício e, consequentemente, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perdas por *impairment* nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020. Conforme orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia avaliou eventuais efeitos que tenham relação com a continuidade dos negócios e suas estimativas contábeis. Na avaliação da Companhia, a pandemia, não trouxe riscos de continuidade nem necessidade de ajustes de estimativas contábeis que produzissem efeitos significativos nos negócios da Companhia e consequentemente em sua posição patrimonial e financeira.

A Companhia permanece com todas as suas previsões de produção e vendas de médio e longo prazos.

2.aa) Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas

Durante o exercício de 2020 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2020. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2020, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia foram os seguintes:

- Definição de negócios (alterações ao IFRS 3)
- Definição de materialidade (alterações ao IAS 1 e IAS 8)
- Reforma da taxa de juros referenciais (alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)
- Alterações nas referências à estrutura conceitual básica (várias normas)
- Concessões relacionadas à COVID-19 (alterações à IFRS 16)

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Novas normas, alterações e interpretações às normas existentes que ainda não são efetivas e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (diante das quais não se esperam impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, não estão sendo efetuadas divulgações adicionais):

- IFRS 17 Contratos de seguros
- Alterações ao IFRS 17 Contratos de seguros (alterações ao IFRS 17 e IFRS 4)
- Referências à Estrutura Conceitual
- Produtos antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16)
- Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37)
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41)
- Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao IAS 1)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos				
No País	478	4.569	478	4.569
No Exterior	1.537.163	217.437	1.515.685	197.890
	1.537.641	222.006	1.516.163	202.459
Aplicações Financeiras				
No País	1.434.880	145.809	1.434.880	145.809
No Exterior	-	60.262	-	-
	1.434.880	206.071	1.434.880	145.809
Total	2.972.521	428.077	2.951.043	348.268

Os recursos financeiros disponíveis no país são aplicados basicamente em títulos privados e públicos com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional respectivamente.

Os recursos financeiros disponíveis no exterior são aplicados em títulos privados, em bancos considerados pela Administração como de primeira linha e são remuneradas a taxas pré-fixadas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía aplicações financeiras em títulos públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por fundos exclusivos da CSN, que montavam a R\$1.425 em 31 de dezembro de 2020 (R\$36.132 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado e controladora.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Clientes				
Terceiros				
Mercado interno	1.043	3.869	1.043	3.869
Mercado externo	1.692.785	725.217	1.684.109	715.650
	1.693.828	729.086	1.685.152	719.519
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(10.660)	(9.370)	(1.984)	(2.279)
	1.683.168	719.716	1.683.168	717.240
Partes Relacionadas (Nota 12 - b)	1.142.566	714.357	1.142.566	714.357
Total	2.825.734	1.434.073	2.825.734	1.431.597

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente, da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período de relatório.

A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	1.684.191	579.315	1.684.191	579.315
Vencidos até 180 dias	-	137.749	-	137.749
Vencidos acima de 180 dias	9.637	12.022	961	2.455
Total	1.693.828	729.086	1.685.152	719.519

As movimentações nas perdas esperadas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(9.370)	(9.094)	(2.279)	(2.277)
Perdas de crédito esperadas	(742)	(2)	-	(2)
Recuperação de créditos	1.484	-	295	-
Variação cambial	(2.032)	(274)	-	-
Saldo final	(10.660)	(9.370)	(1.984)	(2.279)

6. ESTOQUES

	Consolidado e controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	264.236	146.816
Produtos em elaboração ⁽¹⁾	365.063	226.203
Almoxarifado	269.455	286.372
Outros	4.521	2.679
(-) Perdas estimadas	(43.531)	(49.138)
	859.744	612.932
Circulante	512.440	468.433
Não circulante	347.304	144.499
Total	859.744	612.932

Estoques de longo prazo de minério de ferro serão utilizados quando da implementação da Planta de Beneficiamento, gerando como produto final o Pellet Feed. Em 2020, a Companhia definiu o projeto de construção da nova planta para beneficiamento de Itabirito, que até então era considerado como rejeito, e passou a ser incorporado ao estoque de minério de longo prazo.

1-Em 31 de dezembro 2020 a Cia passou a divulgar o estoque de longo prazo de minério de ferro no montante de R\$347.304 (R\$144.499 em 31 de dezembro de 2019) em conjunto com os estoques de curto prazo, anteriormente, o montante foi divulgado na nota 8 - Outros ativos circulantes e não circulantes.

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(49.138)	(92.031)
Reversão de perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade e obsolescência	5.607	8.666
Reversão de perdas em inventário de produto acabado	-	34.227
Saldo final	(43.531)	(49.138)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social	11.552	10.398	9.201	10.225
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	92.917	95.499	91.999	94.949
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	32.160	19.326	32.160	19.326
Outros	6.920	2.941	6.920	2.941
Total	143.549	128.164	140.280	127.441
Circulante	66.120	53.969	62.851	53.246
Não circulante	77.429	74.195	77.429	74.195
Total	143.549	128.164	140.280	127.441

A parcela não circulante é representada basicamente por créditos de ICMS cuja expectativa de realização é de longo prazo.

A Companhia avalia periodicamente a evolução dos créditos acumulados de impostos e a necessidade de registro de perdas por recuperabilidade, objetivando o seu aproveitamento.

8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os grupos de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais (Nota 21)	38.693	42.961	38.693	42.961
Dividendos a receber (Nota 12.b)	19.039	22.272	19.039	22.272
Outros créditos com partes relacionadas (Nota 12.b)	330.065	419.669	330.129	420.590
Frete e seguro marítimo ⁽¹⁾	84.723	103.987	84.707	103.682
Outros	32.813	22.695	32.363	22.109
Total	505.333	611.584	504.931	611.614
Circulante	218.835	225.655	218.883	226.112
Não circulante	286.498	385.929	286.048	385.502
Total	505.333	611.584	504.931	611.614

1 - Refere-se a Pagamento de despesas com frete e seguro marítimo sobre receitas de vendas não reconhecidas, pois seguindo as orientações da norma IFRS 15/CPC 47, o frete no *incoterms* "CIF/CFR" é considerado uma obrigação de performance distinta e, para estes não houve a conclusão do processo de entrega em 31 de dezembro de 2019, mas o prestador de serviço de transporte já havia sido pago.

9. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial				
Empresa controlada				
CSN Mining Holding	-	-	16.177	73.548
Empresa coligada				
MRS Logística S.A.	803.481	764.301	803.481	764.301
Fair Value alocado à MRS ¹	421.891	433.637	421.891	433.637
Total	1.225.372	1.197.938	1.241.549	1.271.486

1. O *fair value* alocado no investimento na MRS decorrente da aquisição do controle da Namisa, a amortização é realizada de acordo com período do contrato da concessão da ferrovia com a MRS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A movimentação dos investimentos na empresa controlada e controlada em conjunto é demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial dos investimentos	1.197.938	1.161.559	1.271.486	1.236.458
Resultado equivalência patrimonial	80.165	93.775	100.466	92.424
Amortização do valor justo alocado às ações da MRS	(11.746)	(11.746)	(11.746)	(11.746)
Dividendos	(40.687)	(45.352)	(118.359)	(45.352)
Outros	(298)	(298)	(298)	(298)
Total	1.225.372	1.197.938	1.241.549	1.271.486

A conciliação do resultado de equivalência patrimonial e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da Companhia com essas empresas:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado equivalência patrimonial MRS	80.165	93.775	80.165	93.775
Resultado equivalência patrimonial CSN Mining Holding	-	-	20.301	(1.352)
Compensação da parcela de custo no resultado equivalencia (IAS28)	(19.885)	(26.827)	-	-
Amortização do valor justo alocado às ações da MRS	(11.746)	(11.746)	(11.746)	(11.746)
Total	48.534	55.202	88.720	80.677

- **Descrição e principais informações sobre a controlada direta e coligada**

- **CSN MINING HOLDING, S.L.**

Situada em Bilbao, essa subsidiária integral foi adquirida em 16 de abril de 2008 e atua como “holding”, tendo participação de 100% no capital das controladas CSN Mining GmbH, CSN Mining Ásia e CSN Mining Portugal, cujas principais atividades estão relacionadas à comercialização de minério de ferro no mercado internacional e às operações financeiras. Com a combinação de negócios ocorrida em novembro de 2015 e consequente incorporação da Namisa pela Companhia em dezembro de 2015, a CSN Mining Holding passou a ser de controle direto da CSN Mineração.

- **MRS LOGÍSTICA S.A.**

Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA., localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A concessão tem prazo de duração de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva do poder concedente.

A MRS pode explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

A Companhia detém diretamente participação de 18,63% no capital social da MRS, representado por: (i) 7,59% em ações ordinárias, sendo uma ação vinculada ao acordo de acionistas; e (ii) 11,04% em ações preferenciais.

As principais informações financeiras sobre os ativos, passivos e resultados dessa controlada em conjunto estão demonstrados a seguir e referem-se a 100% do resultado da empresa:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Balanco Patrimonial

	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.206.484	670.296	Empréstimos e financiamentos	828.439	653.784
Adiantamento a fornecedores	27.312	20.100	Arrendamento mercantil	317.526	256.034
Outros ativos circulantes	823.204	1.326.281	Outros passivos circulantes	1.117.975	1.561.684
Não circulante			Não circulante		
Outros ativos não circulantes	608.878	789.562	Empréstimos e financiamentos	2.162.657	2.369.615
Investimento, imobilizado e intangível	8.537.009	8.316.033	Arrendamento mercantil	1.674.594	1.650.758
			Outros passivos circulantes	788.862	527.871
			Patrimônio Líquido	4.312.834	4.102.526
Total Ativos	11.202.887	11.122.272	Total Passivos e Patrimônio Líquido	11.202.887	11.122.272

Demonstrações de resultados

	31/12/2020	31/12/2019
Demonstração do resultado		
Receita líquida	3.604.965	3.200.809
(-) Custo dos produtos vendidos	(2.521.991)	(2.382.828)
Lucro bruto	1.082.974	817.981
Despesas operacionais	(105.267)	207.840
Resultado financeiro, líquido	(330.756)	(268.089)
Lucro antes dos impostos	646.951	757.732
Impostos sobre o Lucro	(216.649)	(254.378)
Lucro líquido do exercício	430.302	503.354

10. IMOBILIZADO

10.a) Composição do imobilizado

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Direito de Uso	Outros (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	60.953	1.530.535	3.916.249	8.888	1.536.077	88.807	45.150
Custo	60.953	1.884.720	6.902.006	28.164	1.536.077	101.941	96.206
Depreciação acumulada	-	(354.185)	(2.985.757)	(19.276)	-	(13.134)	(51.056)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	60.953	1.530.535	3.916.249	8.888	1.536.077	88.807	45.150
- Aquisições	654	-	25.941	97	675.073	-	234
- Juros capitalizados (Nota 27)	-	-	-	-	62.899	-	-
- Depreciação	-	(656.690)	(545.017)	(1.633)	-	(13.656)	(8.549)
- Transferências para outras categorias de ativos	-	25.335	391.380	-	(417.226)	-	-
- Perdas estimadas e baixa de bens (Nota 26)	-	-	(1.762)	-	-	-	-
- Reconhecimento inicial	-	-	-	-	-	8.267	-
- Remensuração dos contratos de arrendamento	-	-	-	-	-	(701)	-
- Remensuração ARO (Nota 22)	-	121.452	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	61.607	1.020.632	3.786.791	7.352	1.856.823	82.717	36.835
Custo	61.607	2.073.791	7.262.387	28.260	1.856.823	109.507	96.332
Depreciação acumulada	-	(1.053.159)	(3.475.596)	(20.908)	-	(26.790)	(59.497)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	61.607	1.020.632	3.786.791	7.352	1.856.823	82.717	36.835

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora						
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Direito de Uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	60.953	1.530.535	3.916.249	8.888	1.536.077	88.807	7.186.539
Custo	60.953	1.884.720	6.902.006	28.164	1.536.077	101.941	10.609.804
Depreciação acumulada	-	(354.185)	(2.985.757)	(19.276)	-	(13.134)	(3.423.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	60.953	1.530.535	3.916.249	8.888	1.536.077	88.807	7.186.539
- Aquisições	654	-	25.941	97	675.073	-	701.999
- Juros capitalizados (Nota 27)	-	-	-	-	62.899	-	62.899
- Depreciação	-	(656.690)	(545.017)	(1.633)	-	(13.656)	(1.225.500)
- Transferências para outras categorias de ativos	-	25.335	391.380	-	(417.226)	-	(511)
- Perdas estimadas e baixa de bens (Nota 26)	-	-	(1.762)	-	-	-	(1.762)
- Reconhecimento inicial	-	-	-	-	-	8.267	8.267
- Remensuração dos contratos de arrendamento	-	-	-	-	-	(701)	(701)
- Remensuração ARO (Nota 22)	-	121.452	-	-	-	-	121.452
Saldo em 31 de dezembro de 2020	61.607	1.020.632	3.786.791	7.352	1.856.823	82.717	6.852.682
Custo	61.607	2.073.791	7.262.387	28.260	1.856.823	109.507	11.488.444
Depreciação acumulada	-	(1.053.159)	(3.475.596)	(20.908)	-	(26.790)	(4.635.762)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	61.607	1.020.632	3.786.791	7.352	1.856.823	82.717	6.852.682

(*) Referem-se substancialmente benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares.

10.b) Direito de uso

Abaixo as movimentações do direito de uso reconhecidos em 31 de dezembro de 2020:

	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	85.251	21	1.368	2.167	88.807
Adições	-	-	-	8.267	8.267
Remensurações	-	-	-	(701)	(701)
Transferências para outras categorias de ativos	-	455	(322)	(133)	-
Depreciação	(3.375)	(457)	(643)	(9.181)	(13.656)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	81.876	19	403	419	82.717

O prazo de vida útil estimada, em anos, os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são as seguintes:

	Consolidado e controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Em anos		
Edificações	30	41
Máquinas, equipamentos e instalações	16	17
Móveis e utensílios	13	12
Outros	5	13

A redução na vida útil apresentada em “Edificações” foi ocasionada pela revisão das vidas úteis das infraestruturas de barragens em decorrência de obsolescência normal originada em 2020 pelo uso em 100% de seu processo produtivo a filtragem e empilhamento de rejeito a seco.

10.c) Juros Capitalizados

Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$62.899 (R\$ 89.228 em 31 de dezembro de 2019). Esses custos foram apurados, basicamente, para os projetos de expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra e na expansão da capacidade de exportação do TECAR. As taxas dos projetos não específicos no período findo em 31 de dezembro de 2020 são de 5,62% a.a (6,58 a.a em 31 de dezembro de 2020).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. INTANGÍVEL

	Consolidado e Controladora				
	Ágio ⁽¹⁾	Relações com fornecedores ⁽²⁾	Software	Direitos e Licenças ⁽³⁾	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.196.587	461	1.535	1.043.805	4.242.388
Custo	3.196.587	1.420	13.134	1.062.630	4.273.771
Amortização Acumulada	-	(959)	(11.599)	(18.825)	(31.383)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.196.587	461	1.535	1.043.805	4.242.388
- Amortização	-	(240)	(1.077)	(5.611)	(6.928)
- Transferências para outras categorias de ativos	-	-	511	-	511
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.196.587	221	969	1.038.194	4.235.971
Custo	3.196.587	1.420	13.645	1.062.630	4.274.282
Amortização Acumulada	-	(1.199)	(12.676)	(24.436)	(38.311)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.196.587	221	969	1.038.194	4.235.971

1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição do controle da Namisa;

2. Intangível relacionado aos contratos com fornecedores adquiridos na aquisição do controle da Namisa;

3. Direito minerário da mina de Engenho, a amortização é realizada pelo volume de extração de minério de ferro bruto realizado na mina.

O prazo de vida útil estimada, em anos, os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são as seguintes:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Relações com fornecedores	6	6
Software	6	6
Direitos e licenças	49	49

11.a) Teste para verificação de *impairment*

O teste de *impairment* foi realizado no ágio oriundo de expectativa de rentabilidade futura, decorrente da aquisição da Namisa pela Companhia, concluído em 30 de novembro de 2015 e inclui ainda os saldos do ativo imobilizado, do ativo intangível e do estoque de longo prazo. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor em uso, sendo determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e baseados nos orçamentos aprovados pela Administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, taxa de desconto, capital de giro e investimento ("capex") futuro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado.

As principais premissas utilizadas no teste foram as seguintes:

- **Mensuração do valor recuperável:** Fluxo de Caixa Descontado;
- **Projeção do fluxo de caixa:** até 2064;
- **Margem bruta:** média da margem bruta da unidade geradora de caixa baseada no histórico e nas projeções para os próximos 44 anos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo;
- **Atualização dos custos:** baseados em dados históricos e tendências de mercado;
- **Taxa de desconto:** fluxo de caixa foi descontado utilizando uma taxa de desconto em termos reais baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") que reflete o risco específico do segmento de mineração.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por *impairment* dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

12. PARTES RELACIONADAS

12.a) Relacionamentos com partes relacionadas

A CSN é a acionista controladora da Companhia detendo 87,52% de participação no capital votante. A CSN, por sua vez é controlada pela Vicunha Aços S.A., que detém 49,24% do capital votante da CSN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A CSN é uma empresa de capital aberto e publica suas demonstrações financeiras no mercado brasileiro e americano. As demonstrações financeiras da CSN foram aprovadas em 22 de fevereiro de 2021.

12.b) Transações com controladores, controladas, coligadas e outras partes relacionadas

												Consolidado		
												31/12/2019		
	Controladora	Consórcio Asiático	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Fundos Exclusivos	Total	Controladora	Consórcio Asiático	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Fundos Exclusivos	Total		
Ativo														
Ativo Circulante														
Aplicações Financeiras	-	-	-	44	3.319	3.363	-	-	-	86	103.334	103.420		
Contas a Receber (Nota 5)	1.043.925	95.390	-	3.251	-	1.142.566	586.015	123.437	-	4.905	-	714.357		
Adiantamentos a fornecedores (Nota 8)	92.207	-	-	-	-	92.207	83.209	-	-	-	-	83.209		
Dividendos e JCP (Nota 8)	-	-	19.039	-	-	19.039	-	-	22.272	-	-	22.272		
Outros ativos circulantes (Nota 8)	3.008	-	-	-	-	3.008	3.779	-	-	-	-	3.779		
	1.139.140	95.390	19.039	3.295	3.319	1.260.183	673.003	123.437	22.272	4.991	103.334	927.037		
Ativo Não Circulante														
Adiantamentos a fornecedores (Nota 8)	222.834	-	-	-	-	222.834	318.967	-	-	-	-	318.967		
Outros ativos circulantes (Nota 8)	-	-	-	12.016	-	12.016	-	-	-	13.714	-	13.714		
	222.834	-	-	12.016	-	234.850	318.967	-	-	13.714	-	332.681		
	1.361.974	95.390	19.039	15.311	3.319	1.495.033	991.970	123.437	22.272	18.705	103.334	1.259.718		
Passivo														
Passivo circulante														
Fornecedores	54	6.549	21.901	87.309	-	115.813	18	6.174	59.840	37.936	-	103.968		
Dividendos e JCP a pagar (Nota 23.f)	301.256	42.944	-	-	-	344.200	-	-	-	-	-	-		
Outras obrigações (Nota 18)	2.768	-	55.697	46	-	58.511	11.844	-	23.836	-	-	35.680		
	304.078	49.493	77.598	87.355	-	518.524	11.862	6.174	83.676	37.936	-	139.648		
Passivo não circulante														
Outras obrigações (Nota 18)	-	-	78.082	-	-	78.082	-	-	88.021	-	-	88.021		
	-	-	78.082	-	-	78.082	-	-	88.021	-	-	88.021		
	304.078	49.493	155.680	87.355	-	596.606	11.862	6.174	171.697	37.936	-	227.669		
Consolidado														
31/12/2020														
	Controladora	Consórcio Asiático	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Fundos Exclusivos	Total	Controladora	Consórcio Asiático	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Fundos Exclusivos	Total		
Resultado														
Vendas	1.845.577	1.463.190	-	5.809	-	3.314.576	1.086.783	1.344.977	-	5.200	-	2.436.960		
Custos e Despesas	(92.932)	(37.274)	(650.883)	(344.042)	-	(1.125.131)	(99.375)	(33.284)	(680.769)	(257.890)	-	(1.071.318)		
Resultado Financeiro														
Juros líquidos	13.480	-	(13.608)	312	-	184	-	-	(14.939)	(4.805)	-	(19.744)		
Fundos Exclusivos	-	-	-	-	52	52	-	-	-	-	885	885		
Variações Cambial e Monetárias Líquidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48.228	-	48.228		
	13.480	-	(13.608)	312	52	236	-	-	(14.939)	43.423	885	29.369		
	1.766.125	1.425.916	(664.491)	(337.921)	52	2.189.681	987.408	1.311.693	(695.708)	(209.267)	885	1.395.012		
Controladora														
31/12/2019														
	Controladora	Consórcio Asiático	Controladas	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Fundos Exclusivos	Total	Controladora	Consórcio Asiático	Controladas	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Fundos Exclusivos	Total
Ativo														
Ativo Circulante														
Aplicações Financeiras	-	-	-	-	44	3.319	3.363	-	-	-	-	86	103.334	103.420
Contas a Receber (Nota 5)	1.043.925	95.390	-	-	3.251	-	1.142.566	586.015	123.437	-	-	4.905	-	714.357
Adiantamentos a fornecedores (Nota 8)	92.207	-	-	-	-	-	92.207	83.209	-	-	-	-	-	83.209
Dividendos e JCP (Nota 8)	-	-	-	19.039	-	-	19.039	-	-	-	22.272	-	-	22.272
Outros ativos circulantes (Nota 8)	3.008	-	64	-	-	-	3.072	3.779	-	921	-	-	-	4.700
	1.139.140	95.390	64	19.039	3.295	3.319	1.260.247	673.003	123.437	921	22.272	4.991	103.334	927.958
Ativo Não Circulante														
Adiantamentos a fornecedores (Nota 8)	222.834	-	-	-	-	-	222.834	318.967	-	-	-	-	-	318.967
Outros ativos circulantes (Nota 8)	-	-	-	-	12.016	-	12.016	-	-	-	-	13.714	-	13.714
	222.834	-	-	-	12.016	-	234.850	318.967	-	-	-	13.714	-	332.681
	1.361.974	95.390	64	19.039	15.311	3.319	1.495.097	991.970	123.437	921	22.272	18.705	103.334	1.260.639
Passivo														
Passivo circulante														
Fornecedores	54	6.549	-	21.901	87.309	-	115.813	18	6.174	-	59.840	37.936	-	103.968
Dividendos e JCP a pagar (Nota 23.f)	301.256	42.944	-	-	-	-	344.200	-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações (Nota 18)	2.768	-	-	55.697	-	-	58.465	11.844	-	-	23.836	-	-	35.680
	304.078	49.493	-	77.598	87.309	-	518.478	11.862	6.174	-	83.676	37.936	-	139.648
Passivo não circulante														
Outras obrigações (Nota 18)	-	-	-	78.082	-	-	78.082	-	-	-	88.021	-	-	88.021
	-	-	-	78.082	-	-	78.082	-	-	-	88.021	-	-	88.021
	304.078	49.493	-	155.680	87.309	-	596.560	11.862	6.174	-	171.697	37.936	-	227.669
Controladora														
31/12/2020														
	Controladora	Consórcio Asiático	Controladas	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Fundos Exclusivos	Total	Controladora	Consórcio Asiático	Controladas	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Fundos Exclusivos	Total
Resultado														
Vendas	1.845.577	1.463.190	-	-	5.809	-	3.314.576	1.086.783	1.344.977	-	-	5.200	-	2.436.960
Custos e Despesas	(92.932)	(37.274)	-	(650.883)	(344.042)	-	(1.125.131)	(99.375)	(33.284)	(10.229)	(680.769)	(257.890)	-	(1.081.547)
Resultado Financeiro														
Juros líquidos	13.480	-	-	(13.608)	312	-	184	-	-	-	(14.939)	(4.805)	-	(19.744)
Fundos Exclusivos	-	-	-	-	-	52	52	-	-	-	-	-	885	885
Variações Cambial e Monetárias Líquidas	-	-	595	-	-	-	595	-	-	(49)	-	48.228	-	48.179
	13.480	-	595	(13.608)	312	52	831	-	-	(49)	(14.939)	43.423	885	29.320
	1.766.125	1.425.916	595	(664.491)	(337.921)	52	2.190.276	987.408	1.311.693	(10.278)	(695.708)	(209.267)	885	1.384.734

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Comentários sobre as principais transações e saldos com partes relacionadas**

Aplicações Financeiras: aplicações em títulos públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por fundos exclusivos da CSN

Contas a receber: A Companhia realiza venda de minério de ferro no mercado interno para a CSN e para as empresas que compõem o Consórcio Asiático em contratos de longo prazo. Os contratos preveem a prática de preço com base nos índices comumente praticados no mercado de minério de ferro.

Adiantamentos: A Companhia adiantou para a CSN o montante de US\$100,00 milhões, equivalentes a R\$414,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, em 16 de outubro de 2019, com taxa juro fixada em 125% do CDI, para o pagamento antecipado do compartilhamento das áreas administrativas durante o período de 5 anos. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo do contrato era de R\$ R\$315.041 (R\$402 milhões em dezembro de 2019).

Dividendos a receber: dividendos mínimos obrigatórios a receber pela participação na MRS Logística, no montante de R\$ R\$19.039 (R\$22.272 em 31 de dezembro de 2019).

Fornecedores: a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços de longo prazo de transporte ferroviário para escoamento e a movimentação da produção. As obrigações assumidas e os valores envolvidos estão detalhados na Nota 28. Os preços praticados com a MRS seguem um modelo tarifário baseado em premissas de mercado.

Outras obrigações: em setembro de 2018, a Companhia firmou acordo para revisar os volumes do Plano Anual de Transporte (PAT), o que resultará no pagamento de uma indenização de R\$ 120 milhões a valor presente. O pagamento ocorrerá anualmente de 2019 até 2026.

Custos e despesas: a Companhia possui contratos para aquisição de minério de ferro no mercado interno de empresas do grupo CSN, os contratos preveem a prática de preço com base nos índices comumente praticados no mercado de minério de ferro.

A Companhia possui também contrato de assessoria de marketing para obtenção de informações estratégicas do mercado internacional de minério de ferro celebrado com integrantes do Consórcio Asiático.

12.c) Outras partes relacionadas não consolidadas

- **CBS Previdência**

A Companhia é a sua principal patrocinadora, sendo esta, uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos, conforme Nota 28.

- **Fundação CSN**

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

12.d) Pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração, os diretores estatutários e demais diretores

Abaixo seguem as informações sobre remunerações e saldos existentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Resultado	
	31/12/2020	31/12/2019
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	6.626	7.262
Benefícios pós-emprego	202	199
Total	6.828	7.461

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos que se encontram registrados ao custo amortizado são conforme abaixo:

	Consolidado e Controladora			
	Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contratos de dívida no mercado internacional				
Títulos com juros fixos em:				
US\$				
FINAME, CDC e CCE	7.402	-	20.835	-
Pré-Pagamento	1.142	920	389.753	201.535
	8.544	920	410.588	201.535
Contratos de dívida no Brasil				
Títulos com juros variáveis em:				
R\$				
NCE - Banco do Brasil	575	7.953	846.284	1.176.295
Títulos com juros fixos em:				
R\$				
FINAME, CDC e CCE	38.919	37.381	30.430	68.887
	39.494	45.334	876.714	1.245.182
Total de Empréstimos e Financiamentos	48.038	46.254	1.287.302	1.446.717
Custos de Transação e Prêmios de Emissão	(3.024)	(2.907)	(7.302)	(10.081)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação	45.014	43.347	1.280.000	1.436.636

As notas de crédito à exportação (NCE) possuem vencimentos escalonados entre o período de 2021 e 2024.

Em outubro de 2020 a Companhia amortizou R\$331 milhões em NCEs cujos vencimentos ocorreriam ao longo do exercício.

Na tabela a seguir demonstramos a taxa média de juros:

Consolidado e Controladora		
	Taxa de juros média	Dívida Total
US\$	2,64%	419.132
R\$	2,99%	916.208
	-	1.335.340

- Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2020, o montante principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos e financiamentos de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado e controladora			
31/12/2020			
Principal			
	Empréstimos em Moeda estrangeira	Empréstimos em Moeda nacional	Total
2021	8.544	39.494	48.038
2022	7.324	327.082	334.406
2023	397.077	349.922	746.999
2024	6.187	199.710	205.897
	419.132	916.208	1.335.340

• **Movimentação dos empréstimos e financiamentos**

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

Consolidado e controladora		
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	1.479.983	2.783.047
Captações	161.012	310.052
Amortização principal	(374.668)	(1.524.353)
Pagamentos de encargos	(56.990)	(141.250)
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	55.849	107.428
Variação cambial	56.803	(55.828)
Custo de transação	(265)	(889)
Outros	3.290	1.776
Saldo final	1.325.014	1.479.983

• **Covenants**

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de desempenho, tais como divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou pagamento de comissão por assunção de risco caso o indicador de dívida líquida sobre o EBITDA atinja os patamares previstos em referidos contratos.

Até o momento, a Companhia encontra-se adimplente em relação a todas as obrigações financeiras e não financeiras (*covenants*) de seus contratos vigentes.

Os contratos de financiamentos Finame, CDC e CCE possuem garantia fiduciária sobre os bens financiados.

14. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	1.602.699	825.571	1.604.065	826.374
(-) Ajuste a valor presente	(42.602)	-	(42.602)	-
Total	1.560.097	825.571	1.561.463	826.374
Circulante	1.393.323	825.571	1.394.689	826.374
Não circulante	166.774	-	166.774	-
Total	1.560.097	825.571	1.561.463	826.374

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos e trazidas ao valor presente quando aplicável na data das transações, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.a) - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

As informações contábeis sobre os instrumentos financeiros são apresentadas com base nos dados consolidados.

- Classificação de instrumentos financeiros (consolidado)**

O IFRS 09/CPC 48 contém três categorias de classificação e mensuração de instrumentos financeiros: custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia avaliou e classificou seus instrumentos financeiros na categoria de custo amortizado, conforme demonstrado no quadro abaixo.

				31/12/2020	31/12/2019
	Nota explicativa	Valor Justo através do resultado	Mensurados pelo Custo amortizado	Total	Mensurados pelo Custo amortizado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	3	-	2.972.521	2.972.521	428.077
Aplicações Financeiras	4	-	1.425	1.425	36.132
Contas a receber de clientes	5	-	2.825.734	2.825.734	1.434.073
Dividendos	12.b	-	19.039	19.039	22.272
Total do Ativo		-	5.818.719	5.818.719	1.920.554
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	48.038	48.038	46.254
Passivos de arrendamentos	18.a	-	7.741	7.741	3.886
Fornecedores	14	-	1.393.323	1.393.323	825.571
Instrumentos financeiros derivativos ^(*)		893	-	893	-
Juros sobre capital próprio	12.b	-	344.200	344.200	-
Não circulante				-	
Empréstimos e financiamentos	13	-	1.287.302	1.287.302	1.446.717
Fornecedores	14	-	166.774	166.774	-
Passivos de arrendamentos	18.a	-	74.360	74.360	82.076
Total do Passivo		893	3.321.738	3.322.631	2.404.504

(*) O instrumento financeiro derivativo foi designado como *hedge* de fluxo de caixa e, consequentemente, os montantes relativos aos embarques de minério de ferro não realizados são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, e são

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

reclassificados para o resultado do exercício quando da realização das transações altamente prováveis (vide mais detalhes na Nota 15.b abaixo). Em 31 de dezembro de 2020 o montante em outros resultados abrangentes era de R\$893.

- **Mensuração do valor justo**

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado foram classificados de acordo com a seguinte hierarquia de valor justo:

Nível 2 – Considera *inputs* observáveis no mercado, tais como taxas de juros, câmbio etc., mas não são preços negociados em mercados ativos.

Não há ativos ou passivos classificados nos níveis 1 e 3.

15.b) - Gestão de riscos financeiros

A Companhia segue política de gerenciamento de risco de seu acionista controlador CSN. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Companhia acredita estar exposta ao risco de taxa de câmbio e taxa de juros, preço de mercado e ao risco de liquidez.

A política de riscos da Companhia proíbe negociações especulativas e venda a descoberto.

- **Risco de taxa de câmbio**

A exposição decorre da existência de ativos e passivos gerados em Dólar ou Euro, uma vez que a moeda funcional da Companhia é substancialmente o Real e é denominada exposição cambial natural. Em 31 de dezembro de 2020 a Administração considerou não ser necessária a contratação e instrumentos derivativos ou a adoção da contabilidade de *hedge*.

A exposição consolidada em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

Exposição Cambial	31/12/2020	
	(Valores em US\$ mil)	(Valores em €\$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	294.511	1.087
Contas a receber - clientes mercado externo	357.974	-
Outros Ativos	86	504
Total ativo	652.571	1.591
Fornecedores	(7.143)	-
Empréstimos	(80.653)	-
Outros Passivos	(1.512)	(856)
Total passivo	(89.308)	(856)
Exposição natural	563.263	735

O risco de taxas de juros decorre de empréstimos de longo prazo captados com taxas de juros pré e pós-fixados (nota 13).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

• **Análise de sensibilidade da exposição cambial**

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos cambiais. A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de deterioração para volatilidade da moeda utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2020.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

31/12/2020				
Moeda	Taxa de câmbio	Cenário		
		Provável	Cenário 1	Cenário 2
USD	5,1967	5,2617	6,4959	7,7951
EUR	6,3779	6,3867	7,9724	9,5669

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

31/12/2020					
Instrumentos	Valor de referência	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário 1	Cenário 2
Posição cambial natural	543.526	Dólar	3.098	766.467	1.532.934
Posição cambial natural	219	Euro	(1)	362	724

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as cotações disponíveis no site do Banco Central do Brasil em 14/01/2021.

• **Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros**

Esse risco decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo atrelados à taxas de juros pré-fixada e pós-fixada do CDI, TJLP e Libor, expondo estes ativos e passivos financeiros às flutuações das taxas de juros conforme demonstrado no quadro de análise de sensibilidade a seguir.

Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de evolução para volatilidade dos juros em 31 de dezembro de 2020.

As taxas de juros utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

31/12/2020			
Juros	Taxa de juros	Cenário 1	Cenário 2
CDI	1,90%	2,38%	2,85%
TJLP	4,55%	5,69%	6,83%
Libor	0,26%	0,32%	0,39%

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

Variações nas taxas de juros	% a.a	Valor de Referência (R\$ mil)		Cenário Provável (*)	Cenário 1	Cenário 2
		Ativo	Passivo			
CDI	1,90	587.929	(1.179.616)	(760)	(2.811)	(5.622)
TJLP	4,91		(8.731)	(27)	(107)	(214)
Libor	0,26		(282.035)	(2.713)	(183)	(366)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2020 registrados no ativo e passivo da Companhia

• **Risco de preço de mercado**

A Companhia também está exposta aos riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de *commodities* e de insumos. Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco envolvendo *commodities* podem ser utilizadas para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Essas estratégias de mitigação podem incorporar instrumentos derivativos, predominantemente operações a termo, futuros e opções.

A CSN Mineração utiliza instrumentos para a proteção do risco de preço do *Platts*, conforme demonstrado no tópico a seguir:

• **Posição da carteira de instrumentos financeiros derivativos**

Hedge accounting de fluxo de caixa – índice “Platts”

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2020 operações de derivativos de minério de ferro com objetivo de reduzir a volatilidade de sua exposição à *commodity*, com vencimentos ao longo de 2021. A Companhia optou por efetuar a designação formal do *hedge* e, consequentemente, adotou a contabilização de *hedge accounting* nesse instrumento. A tabela abaixo demonstra o resultado do instrumento derivativo até 31 de dezembro de 2020 reconhecida em Outros resultados abrangentes e, na realização dos embarques, o montante reclassificado para Outras Receitas e Despesas Operacionais:

Vencimento da operação	Notional	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)	Outras receitas e despesas operacionais	Outros Resultados Abrangentes	Variação cambial
		Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber / (Pagar)			
02/09/2020 (Liquidado)	Platts	n/a	n/a	n/a	(31.678)	-	(136)
02/10/2020 (Liquidado)	Platts	n/a	n/a	n/a	(132.997)	-	(9.051)
04/11/2020 (Liquidado)	Platts	n/a	n/a	n/a	(85.164)	-	(7.301)
02/12/2020 (Liquidado)	Platts	n/a	n/a	n/a	(33.310)	-	52
02/02/2021	Platts	486.852	(493.925)	(7.073)	-	(6.888)	(185)
02/03/2021	Platts	527.684	(521.504)	6.180	-	6.063	117
		1.014.536	(1.015.429)	(893)	(283.149)	(825)	(16.504)

Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* do “Platts” no resultado da Companhia, a CSN designou seu derivativo de minério de ferro como instrumento de *hedge* de suas futuras vendas de minério de ferro. Com isso, a marcação a mercado decorrente da volatilidade do “Platts”, será registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas vendas de acordo com o período de avaliação contratado, permitindo assim, que o reconhecimento da volatilidade do “Platts” sobre as vendas de minério de ferro, possa ser reconhecido no mesmo momento.

Para suportar as designações supracitadas, a Companhia elaborou documentação formal indicando como a designação do *hedge accounting* está alinhada ao objetivo e à estratégia de gestão de riscos da CSN, identificando os instrumentos de proteção utilizados, o objeto de *hedge*, a natureza do risco a ser protegido e demonstrando a expectativa de alta efetividade das relações designadas. Foram designados instrumentos de derivativo de minério de ferro em montantes equivalentes à parcela das vendas futuras aprovada em Conselho. A Companhia realiza contínuas avaliações da efetividade prospectiva e retrospectiva, comparando os montantes designados com os valores esperados e aprovados nos orçamentos da Administração.

Por meio do *hedge accounting* de fluxos de caixa, os ganhos e perdas com a volatilidade do “Platts” dos instrumentos financeiros de derivativo de minério não afetarão imediatamente o resultado da Companhia, mas apenas na medida em que as vendas forem realizadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O montante registrado de *hedge accounting* no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é R\$825 conforme demonstrado no quadro acima, com embarques programados para janeiro e fevereiro de 2021, e as respectivas liquidações financeiras se dando em 02 de fevereiro de 2021 e 02 de março de 2021, respectivamente.

O *hedge* foi integralmente efetivo desde a contratação dos instrumentos derivativos.

A movimentação dos valores relativos ao *hedge accounting* de fluxo de caixa registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 é demonstrada a seguir:

	31/12/2019	Movimento	Realização	31/12/2020
Hedge accounting de fluxo de caixa – índice “Platts”	-	283.974	(283.149)	825
IR e CS sobre hedge accounting de fluxo de caixa	-	(96.551)	96.271	(280)
Valor justo do hedge de fluxo de caixa - índice “Platts”, líquido dos impostos	-	187.423	(186.878)	545

- Análise de sensibilidade para os riscos de preço do “Platts”**

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos de preço. A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de aumento do índice *Platts* utilizando como referência a cotação de fechamento em 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

	31/12/2020		
Vencimento da operação	Cenário provável (*)	Cenário 1	Cenário 2
02/02/2021	(33.677)	(120.262)	(240.524)
02/03/2021	(43.144)	(127.915)	(255.830)

(*) O cenário provável foi calculado considerando a cotação do “Platts” em 14/01/2021 para os vencimentos de 02/02/2021 e 02/03/2021. Fonte: Bloomberg

- Riscos de crédito**

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Uma vez que parte dos recursos é investido em operações compromissadas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado brasileiro.

A Companhia não possui exposição a risco de crédito em contas a receber e outros recebíveis, uma vez que suas operações possuem garantias financeiras.

- Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Controladora CSN. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na nota 13 - Empréstimos e financiamentos.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo juros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e financiamentos	48.038	1.081.405	205.897	-	1.335.340
Passivos de arrendamentos	7.741	12.600	15.505	46.255	82.101
Instrumentos financeiros derivativos	893	-	-	-	893
Fornecedores	1.393.323	128.553	32.517	5.704	1.560.097
Juros sobre capital próprio	344.200	-	-	-	344.200
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos	46.254	897.807	548.910	-	1.492.971
Fornecedores	825.571	-	-	-	825.571
Passivos de arrendamentos	3.886	2.544	3.524	76.008	85.962

15.c) – Gestão de Capital

A Companhia busca a otimização da sua estrutura de capital com a finalidade de reduzir seus custos financeiros e maximizar o retorno aos seus acionistas. O quadro a seguir demonstra a evolução da estrutura consolidada de capital da Companhia, com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros:

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio Líquido	10.601.697	9.357.537
Empréstimos e financiamentos (capital de terceiros)	1.325.014	1.479.983
Dívida Bruta / Patrimônio líquido	0,12	0,16

15.d) - Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributos parcelados (Nota 20)	34.392	8.554	34.392	8.554
Imposto de renda e Contribuição social	1.484.072	312.647	1.478.951	308.577
CFEM/TFRM	100.770	70.342	100.770	70.342
ICMS	22.142	5.857	22.142	5.857
ISS	524	1.081	524	1.081
Outros tributos ⁽¹⁾	68.584	5.613	68.161	5.352
Total	1.710.484	404.094	1.704.940	399.763

1-Refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre os juros de capital próprio deliberado em 23 de dezembro de 2020, o tributo foi recolhido em 06 de janeiro de 2021.

Em 2020 a Companhia optou pelo lucro real com recolhimento do imposto de renda e da contribuição social por estimativa mensal, com ajuste no 1º trimestre de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Minério de ferro	2.514.815	2.524.826	2.514.815	2.524.826
Frete Marítimo	81.403	12.859	81.403	12.859
Outros	10.535	2.738	10.535	261
Total	2.606.753	2.540.423	2.606.753	2.537.946
Circulante	884.472	699.494	884.472	697.017
Não circulante	1.722.281	1.840.929	1.722.281	1.840.929
Total	2.606.753	2.540.423	2.606.753	2.537.946

Minério de Ferro: Durante o exercício de 2019 a Companhia, concluiu o contrato com importante *player* internacional para o fornecimento de, aproximadamente, 22 milhões de toneladas de minério de ferro e um aditivo para o fornecimento adicional de 11 milhões de toneladas de minério de ferro. Para tanto, a CSN Mineração recebeu, antecipadamente, os montantes de US\$ 496 milhões (R\$ 1.951.303) e US\$ 250 milhões (R\$956.440) em 29 de março de 2019 e 05 de agosto de 2019, respectivamente. O prazo para a execução dos volumes contratados é de 5 anos.

Em 20 de Julho de 2020 a Companhia concluiu o contrato para o fornecimento adicional de, aproximadamente, 4 milhões de toneladas de minério de ferro, e o montante recebido antecipadamente, em 28 de agosto de 2020, foi de US\$ 115 milhões (R\$ 629 milhões). O prazo para a execução do contrato é de 3 anos.

Frete Marítimo: refere-se a recebimento da parcela da receita referente ao frete e seguro marítimo não reconhecidos, pois seguindo as orientações da norma IFRS 15/ CPC 47, o frete no incoterms "CIF/CFR" é considerado uma obrigação de performance distinta e, para estes não houve a conclusão do processo de entrega em 31 de dezembro de 2020, mas a Companhia já recebeu o pagamento antecipadamente.

Os saldos adiantados serão reconhecidos como receita operacional de acordo com a realização esperada dos embarques, conforme abaixo:

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Minério de ferro	792.534	943.640	778.641
Frete Marítimo	81.403	-	-
Outros	10.535	-	-
	884.472	943.640	778.641

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributos parcelados (Nota 20)	158.744	65.428	158.744	65.428
Participação sobre lucro - empregados	32.259	38.868	31.711	38.336
Demurrage/Dispatch com terceiros	9.906	16.201	8.806	14.470
Provisões para custos e despesas - partes relacionadas (nota 12.b)	136.593	123.701	136.547	123.701
Provisões para custos e despesas	32.352	30.405	29.641	29.490
Passivos de arrendamentos (nota 18.a)	82.101	85.962	82.101	85.962
Instrumentos financeiros derivativos (nota 15.b)	893	-	893	-
Outras obrigações	11.761	12.078	11.686	12.078
Total	464.609	372.643	460.129	369.465
Circulante	146.802	133.117	142.322	129.939
Não circulante	317.807	239.526	317.807	239.526
Total	464.609	372.643	460.129	369.465

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18.a) Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamento são apresentados na demonstração financeira:

	Consolidado e controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Arrendamentos	197.526	208.063
AVP - Arrendamentos	(115.425)	(122.101)
	82.101	85.962
Circulante	7.741	3.886
Não Circulante	74.360	82.076
	82.101	85.962

A Companhia adotou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada que não requer apresentação de saldos comparativos. Como resultado a adoção IFRS 16/CPC 06 (R2), a Companhia alterou a política contábil para os contratos de arrendamento.

A Companhia possui contrato de arrendamento de terminais portuários em Itaguaí, o Terminal de Carga – TECAR, utilizado para o embarque e desembarque de minérios de ferro, com prazo remanescente de 27 anos.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos de arrendamentos para equipamentos operacionais com prazos de até 2 anos.

O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando a taxa implícita observadas nos contratos, para os contratos que não dispunham de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimos – IBR, ambas em termos nominais.

A taxa incremental de empréstimos – IBR foi adquirida por meio de consulta a bancos de relacionamentos da Companhia de acordo com o prazo médio dos contratos, conforme orientações do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia avaliou e aplicou a mensuração do passivo de arrendamento e direito de uso em novos contratos com prazo de 5 anos utilizando a taxa de 8,28% a.a.

A movimentação dos passivos de arrendamentos, no período findo em 31 de dezembro de 2020, está demonstrada na tabela abaixo:

	Consolidado e controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial líquido	85.962	32.861
Novos arrendamentos	8.600	19.681
AVP Novos arrendamentos	(289)	(9.904)
Remensuração de passivos	(744)	54.123
Pagamentos	(18.375)	(17.809)
Juros apropriados	6.947	7.010
Saldo final líquido	82.101	85.962

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento contemplam pagamentos variáveis, fixos em essência quando baseados em desempenho mínimo e tarifas fixadas contratualmente.

Em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
Arrendamentos	8.065	37.029	152.432
AVP - arrendamentos	(324)	(8.925)	(106.176)
	7.741	28.104	46.256
			82.101

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

• **PIS e COFINS a recuperar**

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor das contraprestações com os fornecedores, ou seja, sem considerar os créditos tributários incidentes após o pagamento. Demonstramos abaixo o direito potencial de PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento.

	Consolidado e controladora
	31/12/2020
Arrendamentos	197.526
AVP - Arrendamentos	(115.425)
Potencial crédito PIS e COFINS	18.271
AVP - Potencial crédito de PIS e COFINS	(10.677)

• **Pagamentos de arrendamentos não reconhecidos como passivo:**

A Companhia optou por não reconhecer os passivos de arrendamento em contratos com prazo inferior a 12 meses e para ativos de baixo valor. Os pagamentos realizados para estes contratos são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A Companhia possui contrato de direito de uso do terminal portuário - (TECAR) que, ainda que estabeleça desempenho mínimo, não é possível determinar o seu fluxo de caixa uma vez que esses pagamentos são integralmente variáveis e somente serão conhecidos quando ocorrerem. Nesses casos, os pagamentos serão reconhecidos como despesas quando incorridas.

As despesas relativas aos pagamentos não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento durante o exercício são:

	Consolidado e controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Contratos inferiores a 12 meses	549	10.552
Ativos de menor valor	4.426	2.416
Pagamentos variáveis de arrendamentos	253.391	162.673
	258.366	175.641

De acordo com as orientações do CPC 06(R2) / IFRS 16, a Companhia utiliza na mensuração e na remensuração dos passivos de arrendamento e direito de uso, a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados.

Considerando o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia divulga a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, direito de uso, despesa financeira e despesas de depreciação com a utilização de taxas em termos reais para desconto a valor presente de fluxos também em termos reais.

	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Taxa em termos nominais e fluxo real	Taxa e fluxo em termos nominais	Taxa em termos nominais e fluxo real	Taxa e fluxo em termos nominais
Passivo de Leasing	82.101	110.034	85.962	124.348
Direito de uso líquido	82.717	104.372	88.806	129.080
Despesa Financeira	(6.588)	(8.718)	(6.635)	(9.829)
Despesa de Depreciação	(12.427)	(13.289)	(11.947)	(13.103)

Para mensurar os saldos utilizando taxa em termos reais foi utilizada a projeção para a inflação (IPCA) divulgada pelo Banco Central do Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

19.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do período estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
(Despesa) Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(1.755.312)	(1.485.652)	(1.744.251)	(1.470.565)
Diferido	(3.975)	(45.290)	(3.975)	(45.290)
	(1.759.287)	(1.530.942)	(1.748.226)	(1.515.855)

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do IR e da CSLL	5.789.997	5.195.205
Alíquota	34%	34%
IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada	(1.968.599)	(1.766.370)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Juros sobre capital próprio	137.680	177.190
Equivalência Patrimonial	20.495	22.762
Outras exclusões (adições) permanentes	(12.664)	5.268
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	6.362	(1.296)
Ajuste Transfer Price	-	(6.556)
Doações incentivadas	57.439	38.060
IR / CSLL no resultado do período	(1.759.287)	(1.530.942)
Alíquota efetiva	30,38%	29,47%

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do IR e da CSLL	5.778.936	5.180.118
Alíquota	34%	34%
IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada	(1.964.838)	(1.761.240)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Juros sobre capital próprio	137.680	177.190
Equivalência Patrimonial	34.158	31.424
Outras exclusões (adições) permanentes	(12.665)	5.267
Ajuste Transfer Price	-	(6.556)
Doações incentivadas	57.439	38.060
IR / CSLL no resultado do período	(1.748.226)	(1.515.855)
Alíquota efetiva	30,25%	29,26%

19.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	31/12/2019	Resultado Abrangente	Resultado	31/12/2020
Diferido Passivo				
Diferenças temporárias	433.485	(997)	3.975	436.463
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	(22.699)	-	1.408	(21.291)
- Provisões para passivos ambientais	(12.837)	-	6.042	(6.795)
- Perdas estimadas em ativos	(23.475)	-	929	(22.546)
- Perdas estimadas em estoques	(16.707)	-	1.906	(14.801)
- Passivo atuarial (Plano de previdência e saúde)	2.450	(717)	-	1.733
- Provisão para consumos e serviços	(10.107)	-	(10.872)	(20.979)
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(775)	-	100	(675)
- Provisão A.R.O	(14.469)	-	(38.420)	(52.889)
- Combinação negócios mineração	301.348	-	(8.292)	293.056
- Variações Cambiais não realizadas	1.553	-	(1.553)	-
- Ganhos/Perdas com hedge accounting de fluxo de caixa	-	(280)	-	(280)
- Amortização de ágio fiscal	229.096	-	57.275	286.371
- Ajuste a valor presente ⁽¹⁾	18.110	-	(3.967)	14.143
- Outras	(18.003)	-	(581)	(18.584)
Passivo Não Circulante	433.485	(997)	3.975	436.463

1. Ajuste a valor presente reconhecido no acordo para revisar os volumes do Plano Anual de Transporte (PAT) com a MRS.

A administração avaliou os preceitos do IFRIC 23 – “Uncertainties Over Income Tax Treatments” e considera que não há razões para que as autoridades fiscais diverjam dos posicionamentos fiscais adotados pela Companhia. Desta forma, não foram reconhecidas quaisquer provisões adicionais de imposto de renda e contribuição social em decorrência da avaliação de aplicação do IFRIC 23 na demonstração financeira em 31 de dezembro de 2020.

20. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do REFIS e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme Nota 16 e 18, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
REFIS Federal Lei 11.941/09 ⁽¹⁾	17.573	19.195
REFIS Federal Lei 12.865/13 ⁽²⁾	49.516	54.787
Parcelamento ordinário	126.047	-
	193.136	73.982
Circulante	34.392	8.554
Não circulante	158.744	65.428
Total	193.136	73.982

1. Débitos relativos ao programa de parcelamento introduzido pela Lei 11.941/2009, em razão da reabertura dos prazos para adesão trazida pelas Leis nº 12.865/13 e 12.996/14.

2. Débitos decorrente do parcelamento fiscal instituído pelo artigo 40 da Lei nº 12.865/13 de débitos de IRPJ e da CSLL incidentes sobre os lucros das controladas situadas no exterior nos anos calendários de 2009 a 2012, decorrente da aplicação do artigo 74 da MP 2.158-35/2001.

21. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITO JUDICIAL

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado e controladora			
	Passivo	Depósitos	Passivo	Depósitos
	Provisionado	Judiciais ^(*)	Provisionado	Judiciais ^(*)
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Fiscal	1.404	-	1.939	-
Trabalhistas	53.499	33.254	47.343	32.214
Cíveis	5.642	3.956	10.535	9.277
Ambientais	2.072	1.483	6.941	1.470
	62.617	38.693	66.758	42.961
Circulante	7.878	38.693	4.080	42.961
Não circulante	54.739	-	62.678	-
Total	62.617	38.693	66.758	42.961

(*) Os depósitos judiciais estão alocados em nosso balanço patrimonial na rubrica "Outros ativos não circulantes" - vide nota 8.

A movimentação das provisões trabalhistas, cíveis e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2020 pode ser assim demonstrada:

Natureza	Consolidado e Controladora				
	31/12/2019	Adição	Atualização Líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2020
Fiscal	1.939	1.002	162	(1.699)	1.404
Trabalhista	47.343	8.120	10.572	(12.536)	53.499
Cível	10.535	4.579	90	(9.562)	5.642
Ambiental	6.941	2	215	(5.086)	2.072
Total	66.758	13.703	11.039	(28.883)	62.617

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável.

Adicionalmente, a Companhia tem outros processos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível, portanto representam obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, para os quais, em 31 de dezembro de 2020, somavam R\$8.068.188 (R\$6.597.872 em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$315.702 em processos trabalhistas (R\$295.908 em 31 de dezembro de 2019), R\$36.014 em processos cíveis (R\$ R\$38.760 em 31 de dezembro de 2019), R\$7.670.716 em processos fiscais (R\$6.222.132 em 31 de dezembro de 2019) e R\$45.756 em processos ambientais (R\$41.072 em 31 de dezembro de 2019).

A seguir, uma breve descrição dos processos fiscais mais relevantes, com avaliação de perda possível:

Principais processos	31/12/2020	31/12/2019
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM)- IRPJ/CSLL- Glosa das deduções do ágio gerado na incorporação reversa da Big Jump pela Namisa.	3.930.093	3.867.663
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - RFB - Cobrança IRRF - Combinações de Negócios de mineração realizada em nov/2015	862.324	-
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Lucros auferidos no exterior ano 2008.	384.140	374.543
CFEM - Cobranças administrativas por suposto não recolhimento de CFEM em razão de divergências sobre a base de cálculo.	977.727	947.506
Auto de Infração - IRRF - Ganho de Capital dos vendedores da empresa CFM situados no exterior.	260.326	254.849
Outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais).(1)	1.256.106	777.571
Total	7.670.716	6.222.132

22. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Ambiental	14.043	28.328
Desativação de ativos	430.479	302.232
Total	444.522	330.560

22.a) Passivos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2020 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais do mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no IAS 37/CPC 25.

22.b) Desativação de Ativos

Em 2020 após antecipar a descontinuidade das barragens utilizadas em suas atividades de mineração, a Companhia atualizou o estudo para reconhecimentos dos custos com desativação dos ativos minerários. O estudo resultou no aumento da provisão em R\$121 milhões, devido, principalmente, a:

- i) expansão das áreas operacionais com implantação de novas tecnologias;
- ii) revisão no processo de descaracterização das barragens e
- iii) aplicação dos índices de inflação sobre os custos,

Com isto, o saldo da provisão para desativação de ativos de mineração montou a R\$430.479 em 31 de dezembro de 2020 (R\$302.232 em 31 de dezembro de 2019).

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.a) Capital social integralizado

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e realizado, é de R\$6.103.872, dividido em 181.001.902 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

23.b) Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2020 define que o capital social pode ser elevado a até 300.000.000 de ações ordinárias, por decisão do Conselho de Administração.

23.c) Reserva de capital

A reserva de capital no montante de R\$141.723 refere-se ao excedente entre o valor efetivamente integralizado pela CSN no montante de R\$156.723 e o valor destinado ao capital social o valor de R\$15.000.

23.d) Reserva legal

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Constituída à razão de 5% do lucro líquido em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

23.e) Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a composição acionária era a seguinte:

	Quantidade de ações Ordinárias	%
Companhia Siderurgica Nacional	158.419.480	87,52370%
Japão Brasil Minérios de ferro Participações	18.178.466	10,04320%
Pohang Iron and Steel Company - POSCO	3.658.394	2,02120%
China Steel Corporation	745.562	0,41190%
	181.001.902	100,0000%

23.f) Dividendos

A Companhia aprovou em reuniões do Conselho de Administração, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a distribuição de dividendos intermediários com base nos lucros acumulados nos últimos anos, dividendos intermediários com base nos lucros do exercício corrente e o pagamento de juros sobre capital próprio realizado em 12 de janeiro de 2021, conforme abaixo:

	Lucros acumulados nos últimos anos	Lucros do exercício corrente	Juros de capital próprio	Controladora Valor por ação
16 de Julho de 2020	1.080.000			5,966788128
15 de Outubro de 2020	78.759	1.221.241		7,182244969
23 de Dezembro de 2020			404.941	2,237219585
Montante distribuído em 2020	1.158.759	1.221.241	404.941	
	Lucros acumulados nos últimos anos	Lucros do exercício corrente	Juros de capital próprio	Valor por ação
01 de abril de 2019	756.558			4,178383861
24 de Maio de 2019	1.018.000	-	-	5,624250291
18 de Julho de 2019	839.120	-	-	4,635973380
12 de Setembro de 2019	-	837.959	-	4,629558362
12 de Setembro de 2019			388.041	2,143851104
04 de Novembro de 2019	366.895	-	-	2,027021658
04 de Novembro de 2019		-	133.105	0,735379013
19 de Dezembro de 2019	300.000	-	-	1,657441147
Montante distribuído em 2019	3.280.573	837.959	521.146	

A Companhia propôs a destinação dos lucros que será deliberada em Assembleia Geral Ordinária. O quadro a seguir demonstra os valores da proposta:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	4.030.710	3.664.263
Reserva Legal	(201.536)	(183.213)
Reserva de Investimento	(1.914.587)	(1.740.525)
Dividendos antecipados e JCP	(1.626.182)	(1.359.105)
Dividendos adicionais propostos	(288.405)	(381.420)

23.g) Lucro por ação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O lucro (prejuízo) por ação básica foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui ações em tesouraria. O lucro por ação foi calculado conforme demonstrativo abaixo:

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
	Ações ordinárias	Ações ordinárias
Lucro líquido do exercício		
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	4.030.710	3.664.263
Média ponderada da quantidade de ações	181.002	181.002
Lucro por ação básico e diluído	22,2689	20,2443

23.h) Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial

Os Outros Resultados Abrangentes consistem, basicamente, em ajustes atuariais em benefício a empregados e de hedge accounting de fluxo de caixa que não transitam pelo resultado do exercício.

Os ajustes de avaliação patrimonial decorrem de combinação de negócio e transação de capital ocorridas em novembro de 2015 e julho de 2017, respectivamente.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A seguir é apresentada uma conciliação das receitas brutas com as receitas líquidas apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita Bruta				
Mercado interno	1.855.189	1.102.667	1.855.189	1.102.667
Mercado externo	11.905.370	10.461.361	11.906.306	10.461.361
Provisão de ajuste de preço aplicável ao contrato de venda	387.562	103.453	387.562	103.453
	14.148.121	11.667.481	14.149.057	11.667.481
Deduções				
Impostos incidentes sobre vendas	(358.429)	(211.535)	(358.429)	(211.535)
Abatimentos	(161)	-	(161)	-
	(358.590)	(211.535)	(358.590)	(211.535)
Receita Líquida	13.789.531	11.455.946	13.790.467	11.455.946

25. DESPESAS POR NATUREZA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Frete /Seguro marítimo	(1.032.402)	(1.464.369)	(1.033.860)	(1.464.001)
Mão de obra	(631.701)	(811.639)	(645.139)	(823.341)
Manutenção (Serviços e Materiais)	(318.689)	(505.690)	(324.560)	(514.260)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.212.949)	(468.210)	(1.212.904)	(468.164)
Serviços de Terceiros (Inclusive Concessionárias)	(258.594)	(351.041)	(261.778)	(357.227)
Material de terceiros	(2.281.619)	(1.109.059)	(2.281.619)	(1.109.059)
Suprimentos	(208.960)	(292.862)	(212.810)	(297.940)
Impostos e taxas	(364.807)	(497.520)	(371.528)	(505.959)
Frete ferroviário	(13.167)	(65.730)	(13.167)	(65.730)
Arrendamento Portuário	(223.344)	(183.747)	(223.344)	(183.747)
Despesas Portuárias - terceiros	(110.754)	(111.245)	(110.754)	(111.245)
Demurrage/Dispatch	(77.065)	(42.028)	(76.771)	(41.490)
Compartilhamento de despesas	(91.923)	(98.386)	(91.923)	(98.386)
Outros	(33.897)	(22.602)	(29.841)	(19.768)
Total por natureza	(6.859.871)	(6.024.128)	(6.889.998)	(6.060.317)
Custo dos produtos vendidos	(5.480.608)	(4.364.471)	(5.510.736)	(4.405.118)
Despesas com vendas	(1.219.967)	(1.506.414)	(1.221.089)	(1.505.508)
Despesas gerais e administrativas	(159.296)	(153.243)	(158.173)	(149.691)
Total por alocação	(6.859.871)	(6.024.128)	(6.889.998)	(6.060.317)

As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo de Produção ⁽¹⁾	(1.212.902)	(468.157)	(1.212.903)	(468.157)
Despesa Vendas	(1)	(7)	(1)	(7)
Despesa Gerais e Administrativas	(46)	(46)	-	-
	(1.212.949)	(468.210)	(1.212.904)	(468.164)
Outras operacionais (*)	(18.295)	(29.025)	(18.295)	(29.025)
	(1.231.244)	(497.235)	(1.231.199)	(497.189)

(*) Refere-se principalmente a depreciação e amortização de ativos paralisados, vide nota 26.

(1) No custo de produção, estão inclusos os créditos de PIS e COFINS sobre os contratos de Arrendamento no montante de R\$1.229 no consolidado e a controladora em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.185 em 31 de dezembro de 2019), em linha com as diretrizes dispostas no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 02/2019.

A extração de minério de ferro da Companhia em 2020 passou a utilizar em 100% de seu processo produtivo a filtragem e empilhamento de rejeito a seco. Como consequência normal da operação, o uso de barragens tornou-se obsoleto, e consequentemente, os ativos de barragens chegaram ao final de suas vidas úteis em 31 de dezembro de 2020.

Em decorrência da obsolescência técnica e funcional das barragens, o saldo contábil destes ativos em sua totalidade, R\$ 515.491, foi integralmente depreciado em 2020 e apropriado ao custo de produção.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outras receitas operacionais				
Utilização de fundo de reversão CBS	8.642	5.770	8.642	5.770
Reembolso de sinistros ⁽¹⁾	-	40.335	-	40.335
Crédito extemporâneo de INSS ⁽²⁾	20.086	-	20.086	-
Despesa plano de pensão (Nota 28.c)	(410)	1.142	(410)	1.142
Outras receitas	4.568	2.851	4.568	2.813
	32.886	50.098	32.886	50.060
Outras despesas operacionais				
Impostos e contribuições	(7.629)	(24.085)	(7.335)	(23.963)
Provisão para perda depósito judicial trabalhista	(10.266)	(6.672)	(10.266)	(6.672)
Provisão de passivo ambiental	18.092	(48.416)	18.092	(48.416)
Reversão/(provisão) previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais líquidas das reversões (Nota 21)	4.141	(7.474)	4.141	(7.474)
Contingências previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais realizadas	(9.161)	(8.481)	(9.161)	(8.481)
Perdas estimadas e baixa de ativos (Nota 10)	(1.762)	(14.710)	(1.762)	(14.710)
Perdas com estoques de sobressalentes	(1.974)	(4.331)	(1.974)	(4.331)
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(8.749)	(2.584)	(8.749)	(2.584)
Depreciação de equipamentos paralisados (Nota 25)	(18.295)	(29.025)	(18.295)	(29.025)
Multa contratual	(29.198)	-	(29.198)	-
Perdas com inventários produtos acabado	(51.229)	(38.321)	(51.229)	(38.321)
Manutenção equipamentos paralisado	(11.180)	(3.817)	(11.180)	(3.817)
Perdas com hedge de fluxo de caixa (nota 15.b) ⁽⁴⁾	(283.149)	-	(283.149)	-
Ociosidade operacional ⁽³⁾	(204.429)	-	(204.429)	-
Doações incentivadas	(50.531)	(29.499)	(50.531)	(29.499)
Outras despesas	(43.373)	(16.385)	(43.057)	(15.332)
	(708.692)	(233.800)	(708.082)	(232.625)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidos	(675.806)	(183.702)	(675.196)	(182.565)

1. Refere-se à indenização parcial do sinistro de colapso da Empilhadeira-Recuperadora nº 01, ocorrido em 15 abril de 2017, no Terminal de Cargas do Porto de Sepetiba.

2. Trata-se de recuperação do crédito de INSS incidentes em benefícios concedidos aos empregados que não deveriam ser consideradas na base de cálculo da contribuição.

3. É a capacidade ociosa nas atividades de mineração por conta de atrasos na liberação de licenças ambientais, que retardaram a abertura de novas frentes de lavra, bem como dos novos processos de rejeito a seco ainda em fase de ajustes e "ramp-up".

4. Hedge de Fluxo de Caixa do índice "Platts" (R\$283.149), vide nota 15.b.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras:				
Empréstimos e financiamentos	(55.591)	(101.446)	(55.591)	(101.446)
Juros sobre adiantamento de clientes	(163.778)	(116.813)	(163.778)	(116.813)
Partes relacionadas (Nota 12.b)	(13.608)	(20.922)	(13.608)	(20.922)
Juros Capitalizados (Nota 10)	62.899	89.228	62.899	89.228
Juros, multas e moras fiscais ⁽²⁾	(133.928)	(5.678)	(133.928)	(5.678)
Ajuste a valor presente ⁽¹⁾	(74.688)	(7.558)	(74.688)	(7.558)
Outras despesas financeiras	(25.487)	(13.138)	(25.467)	(13.117)
	(404.181)	(176.327)	(404.161)	(176.306)
Receitas financeiras:				
Partes relacionadas (Nota 12.b)	13.844	2.063	13.844	2.063
Rendimentos sobre aplicações financeiras	9.122	26.104	8.722	24.163
Outros rendimentos	5.254	2.640	5.253	2.640
	28.220	30.807	27.819	28.866
Outros itens financeiros líquidos				
Variações monetárias e cambiais líquidas	(119.926)	37.407	(142.211)	33.817
Variação cambial com hedged accounting de Fluxo de caixa	(16.504)	-	(16.504)	-
	(136.430)	37.407	(158.715)	33.817
Resultado financeiro líquido	(512.391)	(108.113)	(535.057)	(113.623)

1. Reconhecimento do ajuste a valor presente sobre de fornecedores

2. Refere-se a acréscimos legais pela dilatação de prazo nos pagamentos de imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

28. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

A Companhia é patrocinadora em conjunto com seu acionista controlador em planos de pensão concedidos para os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas empresas do grupo que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, composto pelo presidente e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes.

28.a) Descrição dos planos de pensão

Plano Misto de Benefício Suplementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido, caso o participante tenha optado pelo recebimento do seu benefício sob a forma de renda mensal vitalícia. Este plano foi desativado em 16 de setembro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev.

Plano CBSPREV

Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBSPrev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício

Plano CBSPREV Namisa

É um plano de Contribuição Definida com benefícios de riscos durante a atividade (projeção dos saldos em caso de invalidez ou morte e auxílio-doença/auxílio-acidente). Está em funcionamento desde 06 de janeiro de 2012, quando foi criado para atender exclusivamente aos colaboradores da Nacional Minérios S/A. Após a reorganização societária, ocorrida em 2016, outras Patrocinadoras aderiram a esse Plano, entre elas, a CSN Mineração.

Nesse plano, todos os benefícios oferecidos são calculados com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, e são pagos através de um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício. O Plano CBSPREV Namisa está fechado para entrada de novos participantes, desde de 2017.

Em dezembro de 2020 foi finalizado o processo de extinção do plano devido à retirada total de patrocínio.

28.b) Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e as diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à Companhia, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, com base no estudo de ALM ("Asset Liability Management"), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de cinco anos, conforme estabelece a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 7, de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução nº 4.661/18, publicada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

28.c) Benefícios concedidos e a conceder no Plano Misto de Benefício Suplementar

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e IAS 19 – *Employee Benefits*, abaixo é apresentado a posição em 31 de dezembro 2020 e 2019:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
	Ativo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão	(12.016)	(13.714)

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente da obrigação de benefício definido	7.354	6.595
Valor justo dos ativos do plano	(19.370)	(20.309)
(Superávit)	(12.016)	(13.714)
(Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	(12.016)	(13.714)

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido é demonstrada a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente das obrigações no início do exercício	6.595	8.667
Custo do serviço	561	341
Custo dos juros	439	809
Contribuições de participante realizadas no período	411	460
Benefícios pagos	(724)	(579)
Perda/(ganho) atuarial	72	(3.103)
Valor presente das obrigações no final do exercício	7.354	6.595

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é demonstrada a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(20.309)	(23.639)
Receita com juros	(1.410)	(2.303)
Benefícios pagos	724	579
Contribuições de participante realizadas no período	(411)	(460)
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	2.036	5.514
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(19.370)	(20.309)

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado é demonstrada a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Custos de serviços correntes	561	341
Custos de juros	439	809
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(1.410)	(2.303)
Juros sobre o efeito do limite de ativo	-	11
Total dos custos /(receita) reconhecido na demonstração do resultado	(410)	(1.142)

O (custo) /receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais está demonstrada a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
(Ganhos) e perdas atuariais	72	(3.103)
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	2.036	5.514
Mudança no limite de ativo (excluindo receita com juros)	-	(119)
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecido em outros resultados abrangentes	2.108	2.292

A abertura dos ganhos e perdas atuariais estão demonstrados a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses demográficas	(37)	-
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses financeiras	(84)	372
(Ganho)/perda decorrente de ajustes da experiência	193	(3.475)
Mudança no limite de ativo (excluindo receita com juros)		(119)
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	2.036	5.514
(Ganhos) e perdas atuariais	2.108	2.292

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Taxa de desconto nominal	Plano Milênio: 6,95%	6,98%
Taxa de inflação	3,32%	3,61%
Taxa de aumento nominal do salário	4,35%	4,65%
Taxa de aumento nominal do benefício	3,32%	3,61%
Taxa de retorno dos investimentos	6,95%	6,98%
Tábua de mortalidade geral	AT-2012 segregada por sexo.	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo.
Tábua de entrada em invalidez	Prudential (Ferr. Aposent.) desagradada em 10%	Prudential (Ferr. Aposent.)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	5% ao ano	5% ao ano
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido

As premissas referentes à tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos dos empregados com idade de 65 anos e 40 anos:

	Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais	31/12/2020	31/12/2019
Masculino	21,47	20,45
Feminino	23,34	23,02
Longevidade na idade de 40 anos para os participantes atuais		
Masculino	44,07	42,70
Feminino	46,68	46,28

Alocação dos ativos do plano:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	31/12/2020	
Renda Variável	208	1,07%
Renda Fixa	17.521	90,45%
Imóveis	915	4,72%
Outros	726	3,76%
Total	19.370	100,00%

28.d) Contribuições esperadas e despesa do período

Para o plano de pensão, a despesa em 2020 foi de R\$444 (R\$594 em 31 de dezembro de 2019).

Para o plano misto de benefício suplementar, as contribuições esperadas no valor de R\$4.564 serão pagas em 2021 para a parcela de contribuição definida e R\$290 para a parcela de benefício definido (benefícios de risco).

26.e) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para os planos de pensão em 31 de dezembro de 2020 é demonstrada abaixo:

	31/12/2020	
	Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
Hipótese: Taxa de Desconto		
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(12.788)	14.579
Efeito no valor presente das obrigações	(145.937)	166.612
Hipótese: Crescimento Salarial		
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	53.040	(50.250)
Efeito no valor presente das obrigações	199.039	(188.598)
Hipótese: Reajuste de Benefícios		
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	8.210	(8.205)
Efeito no valor presente das obrigações	42.614	(42.570)
Hipótese: Tábua de Mortalidade		
Nível de sensibilidade	+1 ano	- 1 ano
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(328)	663
Efeito no valor presente das obrigações	19.275	(15.272)

Seguem os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de pensão:

Pagamentos	
Ano 1	660.539
Ano 2	643.471
Ano 3	640.014
Ano 4	630.686
Ano 5	622.582
Próximos 5 anos	1.038.480
Total de pagamentos esperados	4.235.772

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía compromissos não canceláveis e cláusulas de “take-or-pay”, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Natureza do serviço	Pagamentos no período		2021	2022	2023	Após 2024	Total
	2019	2020					
Transporte de minério de ferro	749.461	649.595	931.432	963.742	963.742	2.810.915	5.669.831
Fornecimento de energia elétrica	-	24.727	5.051	5.051	5.051	45.455	60.608
Serviços de mão de obra e consultoria	27.002	32.279	28.428	27.380	27.380	191.657	274.845
total	776.463	706.601	964.911	996.173	996.173	3.048.027	6.005.284

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como mineração. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

As vendas por área geográfica estão demonstradas abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2020	%	31/12/2019	%
Ásia	8.604.081	62%	7.625.183	67%
Europa	3.688.851	27%	2.478.016	22%
Oriente Médio	-		461.615	3%
Mercado interno	1.496.599	11%	891.132	8%
	13.789.531		11.455.946	

31. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia contrata vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN Mineração. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Crédito à Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Os seguros da Companhia são contratados em conjunto com os seguros do acionista controlador CSN, sem, porém, haver responsabilidade solidária e nem subsidiária entre a Companhia e empresas do seu grupo econômico.

Em 2020, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de junho de 2020 a 30 de junho de 2021. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$475 milhões para locais com atividades da Companhia, combinado para Danos Materiais e Lucros Cessantes. Nos termos da apólice, a Companhia assume uma franquia de USD 385 milhões para danos materiais e 45 dias para lucros cessantes. O limite máximo de indenização da apólice é compartilhado com outros estabelecimentos segurados.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

32. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

	Consolidado e controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Adições e adoção inicial CPC 06 - Direito de uso (Nota 10.b)	8.267	32.861
Remensuração do Direito de Uso (Nota 10.b)	(701)	63.900
Financiamentos de aquisições de imobilizado	30.344	100.661
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa	29.731	-
	67.641	197.422

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Prospecto da Oferta de ações da CSN Mineração**

Em 17 de fevereiro a Companhia divulgou ao mercado o prospecto definitivo da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, através da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. A Oferta compreenderá (i) a distribuição primária de 161.189.078 de novas Ações (“Oferta Primária”); e (ii) a distribuição secundária de, inicialmente, 372.749.743 de ações, podendo ser acrescido até 20% de ações adicionais de titularidade de todos os atuais acionistas e, ainda, até 15% de ações suplementares de titularidade da acionista majoritária, CSN.

No prospecto definitivo da Oferta o preço por Ação (“Preço por Ação”) é de R\$8,50, perfazendo o total de R\$1.370 milhões nas ações primárias, que serão destinados para aumento de capital. O Preço por Ação foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais, realizados no Brasil e no exterior.

Com a abertura do capital, as ações da Companhia foram desdobradas na proporção de 1:30, e consequentemente o seu capital social passou a ser representado por 5.430.057.060 (cinco bilhões, quatrocentos e trinta milhões, cinquenta e sete mil e sessenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme aprovação dada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2020.

- Dividendos**

Em 21 de janeiro de 2021, a Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos no montante R\$1.068 milhões, pagos em 29 de janeiro de 2021.